



Secretaria da Educação

## **Ata Reunião Comissão de Elaboração do Currículo Integrado**

**17 de agosto de 2022**

Aos 17 dias do mês de agosto de 2022, reuniram-se no auditório I, os integrantes da Comissão de Elaboração do Currículo Integrado, de acordo com portaria n. 002 de 25 de abril de 2022. Na lista de presença houve a assinatura de 52 pessoas. A reunião começou com a Elisângela Maria Pereira (COMERC) comunicando a necessidade de troca da reunião da semana que vem, dia 22/08, em função da semana do bebê e o número de ausências que isso acarretaria, sendo a próxima então no dia 06/09. Também apresentou a dinâmica da reunião passada, por considerar que funcionou bem, considerando que agora, com o envio dos textos, não estamos precisando tomar tanto tempo para a leitura, pois esta é feita previamente por todos. Relembrou que no encontro anterior lemos cada proposição, discutimos cada uma e depois passamos para a votação, considerando que cada pessoa só votará em apenas uma concepção. Para a reunião de hoje tivemos 4 proposições. Além disso, lembrou que na semana passada, após a votação, foi lida a proposição que foi escolhida pelo grupo e foram elencadas algumas questões que ainda precisavam ser abordadas, assim a proposta é olharmos e avaliarmos se a proposta está completa e se houver a necessidade, elencamos pontos que precisam ser pensados. Assim, propôs que para hoje seguíssemos essa mesma proposta. Não houve objeções. Sugeriu ainda que iniciássemos a discussão das proposições por ordem de chegada das propostas, começando pela da Heluane Aparecida Lemos de Souza (vice-diretora, E.M. Maria Isabel Soares). A Heluane ressaltou que devido ao erro no envio das propostas às pessoas, com a falta de uma parte, gostaria de lê-la. O Bruno Nascimento Alleoni (vice-diretor, E.M. Sylvio de Araújo) destacou que a Lígia enviou o texto completo na sequência. A Elisângela destacou que seria interessante ler mesmo assim, caso alguém não tenha tido tempo hábil para se apropriar do texto. A leitura da proposta foi feita na íntegra pela sua autora. Na sequência, a Heluane disse que acredita que o texto traz com clareza algumas questões sobre a natureza da educação, que entra em consonância com aquilo que já foi definido nas outras proposições e delimita a questão da educação formal escolar, não trazendo para nós o papel ou especificidades de outras esferas. Disse ainda, que o texto traz também a necessidade apontada pelo grupo, sobre o diálogo com a legislação. A Rosana Tessuto (PEB I, E.M. Sylvio de Araújo) destacou que a Heluane encerrou o texto com chave de ouro, destacando que na reunião passada foi falado a respeito da educação enquanto



Secretaria da Educação

transformação e nós educadores precisamos nos apropriar primeiro para depois transformar. O Bruno disse que marcou algumas questões que gostaria de expor para diálogo e esclarecimento: indicou que logo que o texto começa diz que o ser humano apropria o patrimônio cultural, mas não indica que o ser humano constrói. Heluane explicou que ele só se apropria pois alguém construiu. Bruno perguntou se o ser humano que está lá não é produtor também? A Heluane disse que é possível propor, produzir, após a apropriação daquilo que foi produzido, o conhecimento e a produção não partem do nada, assim historicamente a sociedade já vem produzindo. Bruno questionou como fica a questão do coletivo, assim a Heluane explicou que o conhecimento não é datado e nem localizado, o que a gente sabe hoje vem de muitos tempos, construído historicamente. O Bruno disse então que isso indicaria que não há uma mudança, assim tudo que existe vai sendo apenas reproduzido. A Heluane retomou o exemplo da Carina sobre a questão da Terra redonda, citado na última reunião: destacou que não fomos nós que descobrimos que a Terra é redonda, assim o conhecimento já foi produzido historicamente. Bruno aproveitando o exemplo, citou que por muitos anos acreditava-se que a terra era plana e que em algum momento isso foi alterado, que foi modificado, assim a construção do conhecimento foi feito, não foi uma transmissão acabada do conhecimento de forma contínua. Heluane explicou que quando se fala de transmissão é do conhecimento já produzido. O conhecimento avança sim, mas é preciso que haja a apropriação para poder construir. Quando falamos da educação básica, não é a função dela produzir novos conhecimentos. Por questão de ordem, a Luciane Aparecida Oliveira (CAP, SME) explicou que os 5 minutos de fala são da pessoa que levantou a mão, assim a conversa entre o Bruno e a Heluane estavam no tempo do Bruno e o tempo se esgotou. A Camila Cilene Zanflice (diretora, E.M. Maria Isabel Soares) salientou que gostaria de chamar a atenção sobre alguns pontos: primeiro é sobre a definição de educação enquanto trabalho intencional, pois isso traz uma clareza inclusive para pensarmos a função social da escola e o papel do professor nessa instituição, inclusive adequada às finalidades mentalmente antecipadas, de forma planejada e organizada. Uma definição que foge um pouco daquela ideia naturalizante enquanto um dom, uma vocação. Relembrou que nós realizamos um trabalho. Na sequência indicou a preocupação também em relação à questão da transmissão: quando se fala do abstrato e do concreto é em relação dialética, assim, no texto, eles estão conectados, não sendo nenhum deles excluídos. Acentuou ainda a questão da legislação,



Secretaria da Educação

de ser um direito, e sobre a educação ter um papel de contribuição para a transformação da sociedade, pela apropriação do conhecimento construído. Adriano Moreira (COMERC) apontou que percebe que o Bruno está tentando criar uma falsa dicotomia entre a produção e a transmissão do conhecimento. Disse ainda que o que a Heluane disse, é sobre a nossa apropriação dos conteúdos construídos historicamente. Ele citou a criação do Facebook como exemplo: que o Mark Zuckerberg não o criou quando era uma criança, que antes dele criar, rede social já existia, assim ele crescia e se apropriava dos conteúdos da sociedade para depois criar conhecimentos novos. Adriano citou a Simara Pereira da Mata (vice-diretora, E.M. Armando Grisi) como exemplo, somando a lista de experiências escolares dela, desde a educação básica, a graduação, o mestrado e o doutorado, destacando que na produção de uma tese há a soma de toda essa trajetória e ainda assim, há um processo de autoquestionamento que a pessoa se faz se de fato está produzindo um novo conhecimento. Se não houvesse a construção do conhecimento ainda estaríamos vivendo na época da pedra lascada. A gente apropria e constrói. Não são pontos opostos. O Uelinton de Castro (PEB II Arte, E.M. Elpidio Mina), complementando a resposta dada pela Heluane ao Bruno destacou que o texto da Heluane está em consonância com os textos apresentados anteriormente. Citou ainda que alguns textos de Marx e de outros autores como Gramsci, falam sobre a apropriação do que se tem para a criação de um conhecimento novo. Uelinton usou o exemplo de Kandinsky, que se apropriou dos conhecimentos acadêmicos e a partir da apropriação destes, os superou e produziu uma coisa nova. Ainda destacou que nos textos, os autores sempre usam o termo da superação pela apropriação. O Bruno retomou a palavra indagando sobre a questão da transformação da natureza: perguntou se sempre a relação é de transformação, se não nos relacionamos com ela como ela é. Também perguntou a respeito da questão sobre o “mais desenvolvido” compreender o “menos desenvolvido”. Questionou a esse respeito se não existiria o processo inverso e se existir, como seria essa construção. Ainda expôs que para combater a desigualdade e a exclusão está posta a apropriação dos instrumentos culturais, mas será que essa apropriação está considerando a inclusão de todos, incluindo pessoas com características diferentes, que talvez não passarão por essa apropriação completa, destacando que se questiona se essas pessoas seriam excluídas desse processo de apropriação. A Daniela Cristina Sakai e Silva (profa. coordenadora – E.M. Francesco Paoli) fez alguns apontamentos para bate papo em relação a proposta apresentada pela Heluane: ela gostaria de saber se quando



Secretaria da Educação

fala-se da construção do conhecimento e sua apropriação, entendendo que não se trata de transmissão, como se daria esse processo dentro da teoria HC. Daniela ressaltou que mesmo sabendo que em outro momento teremos essa discussão esse é um ponto que ela gostaria de entender. Indicou ainda, que traz essa questão já que no texto há o destaque de que nessa proposta não há a relação com as formas verbalistas e tradicionais, então gostaria de saber. Uelinton respondendo ao Bruno sobre a questão do mais ou menos desenvolvido, queria contribuir com a sugestão de um texto do Newton Duarte intitulado “A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco: a dialética em Vigotski e em Marx e a questão do saber objetivo na educação escolar” (2000) para quem quiser entender melhor essa questão. Heluane respondendo ao Bruno sobre a questão da transformação da natureza indicou que não significa necessariamente uma relação destrutiva da natureza. Destacou que hoje, na nossa sociedade capitalista ocidental, há sim uma relação destrutiva com a natureza, relacionada ao próprio modelo de ciência que entende homem e natureza como dicotômicos, assim, nessa perspectiva, transformar a natureza não significa destruir, mas que o ser humano tem uma relação diferente com a natureza, transformando a natureza enquanto espécie, no sentido que ele constrói e cozinha os alimentos, por exemplo. Indicou ainda que o ser humano não é provido apenas de um instinto de sobrevivência, produzindo sua existência material. Esse contexto de transformar pode ser negativo, mas não o é necessariamente. Sobre a questão da inclusão, a Heluane indicou que acha complicada, pois vem à discussão pontos que não deveriam ser questionados, pois a pessoa com deficiência deve ter garantida a sua educação, a sua apropriação do conhecimento, respeitada sua individualidade, especificidade e suas características. Disse ainda que para essa teoria todos da escola devem se apropriar, respeitando suas especificidades. Não devemos por em discussão se alguém tem que ter acesso ou não, mas é função da escola que todos se apropriem. Sobre a pergunta da Daniela, a Heluane destacou que não vai conseguir entrar muito, pois teremos outros momentos para essa discussão, mas destacou que essa teoria é mal compreendida, acusada de ser uma teoria conteudista e que se apropriar de conhecimentos não significa um ensino tradicionalista, abstrato, a ideia da tábula rasa, a centralidade no professor numa apropriação passiva dos alunos, indicou que não é essa a ideia, que o aluno se apropria de forma crítica, mas nessa teoria o professor tem um papel muito delimitado. O Adriano falou na sequência sobre a apropriação do mais desenvolvido pelo menos desenvolvido estar relacionada a uma relação cognitiva não



Secretaria da Educação

individual e citou um exemplo, dizendo que é bem possível que uma pessoa que saiba fazer equação do segundo grau, saiba também fazer uma adição, do que o inverso, uma pessoa que saiba fazer adição, saber necessariamente resolver equações do segundo grau. Assim, destacou que quem tem o saber mais elaborado consegue se apropriar do menos elaborado, o que no fundo trata-se apenas de uma questão de lógica. Já sobre a questão da transformação da natureza, esta não está ligada a sua destruição, mas tem relação a construir aquilo que ela não fornece naturalmente. Citou como exemplo a questão do abrigo, destacando que embora pudéssemos achar uma caverna, normalmente o homem o constrói seu abrigo. Sobre a apropriação do conhecimento, respondendo a questão da Daniela, Adriano explicou que o aluno se apropria pelo ensino, que não deve ser entendido como um ensino tradicional necessariamente, que é o ato elaborado, intencional de socializar o conhecimento. Isso não significa que vai bater em ninguém ou tratar como uma tábula rasa, mas que vai ensinar. Sobre a criação do conhecimento, ainda utilizando o exemplo da Simara, propôs a todos direcionar o pensar na criança: uma criança não sabe que um símbolo tem uma representação social e um som, ela aprende a letra e se apropria desse saber e disso vai continuar numa escala sem fim. Pode ser que ela produza algo novo como criança ou não, afinal crianças geniais também produziram conhecimentos em nossa sociedade, mas não significa que essa é a função da escola. Citou ainda que realmente tivemos crianças como Mozart, entre outras, mas não seria uma demanda da escola essa produção. Simara fez algumas considerações sobre as crianças com deficiência, destacando que a apropriação é necessária e o que vai se diferenciar são as formas como isso vai ser realizado, frisando que se trata de um direito. Levantou a questão que precisamos pensar como essas crianças tem tido ou não acesso ao conhecimento e justamente pensando na possibilidade de apropriação por essas crianças, mesmo em situações mais severas. Lembrou que hoje há um discurso sobre a questão da presença na escola para socializar, como se isso fosse o suficiente, e não a preocupação com o aprender e se desenvolver, que é um direito que essas crianças teriam ou deveriam ter. Por questão de ordem, pensando no tempo, a Luciane sugeriu que fossemos para a segunda proposta. Elisângela sugeriu que a Daniela Cristina Lopes de Abreu (diretora, E.M. Sylvio de Araújo) fizesse a leitura integral para que as proposições sejam abordadas de forma igual. A leitura foi realizada e na sequência a Daniela explicou que não havia participado do encontro anterior, justificando, então, a ausência de alguns pontos que



Secretaria da Educação

foram combinados no encontro anterior. Disse que focou na questão da definição dessa semana, do que é Educação, entendendo que existem outras questões que irão aparecer nas próximas definições. Camila pontuou que sente falta da educação escolar no texto da Daniela. Também destacou o trecho que trata sobre “os fins específicos da educação variam segundo as opções pedagógicas”, destacando que tudo que não queremos é isso, que desejamos ter uma concepção que não muda de acordo com modismos. Daniela explicou que a educação não tem uma neutralidade, ela é feita por pessoas e que a cada momento e a cada período, como vemos na história da educação, ela está respondendo às demandas e movimentos da sociedade. Camila frisou que essa seria a visão da Daniela, mas que a proposta que eles estão fazendo é outra. A Natali Angela Zanfelicce (profa. coordenadora, E.M. Lygia do Carmo Polastri Vendramel) pediu para complementar a fala da Camila sobre a questão de que a educação sempre muda. Ela deu o exemplo sobre mudanças da educação, quando muda a gestão, citando a situação de mudar tudo com a mudança de gestão, destacando que é nesse sentido que há uma escolha para que isso seja transformado e que devemos nos questionar se que temos que continuar assim e se essa é nossa escolha. A Daniela lembrou que para superar uma situação determinada precisamos nos apropriar dela. Na sequência foi apresentada a proposta do Bruno, lida em sua íntegra. Bruno destacou que buscou as leis e a importância da relação docente-discente e que no seu entendimento pelos seus estudos, conhecimento não é só aquele extraordinário, o mais simples também é conhecimento, como a manifestação de uma fala, de um argumento, por mais simples que seja, pode ser entendido como conhecimento. Rosana destacou a questão marcada pelo Bruno da solidariedade, destacando que pensamos nisso geralmente no sentido de ajudar o próximo e de repente o Bruno trouxe isso no sentido de passar o meu conhecimento, para que eu seja solidário, inclusivo. Adriano disse que a partir da leitura queria colaborar com o proponente: todos nós passamos pela pedagogia, fizemos todos pelo menos um TCC na graduação, um mestrado um doutorado, em determinado momento tivemos que produzir um texto científico. Lembrou que uma coisa que aprendemos nesse processo é que precisamos apresentar os dados e descrever como obtivemos, para que não venhamos a ser refutados ou termos nosso trabalho desqualificado, além disso necessitamos de uma coerência teórica e cronológica. Retomou então que no último parágrafo há uma sequência de afirmações, como que as escolas da rede são transmissivas, que há um aumento de matrículas na EJA por uma relação de evasão



Secretaria da Educação

escolar, entre outros, com afirmações que não indicam onde esses dados foram obtidos. O Adriano destacou que esses dados não são verdadeiros, citando a questão da evasão escolar, no censo. Sobre a EJA destacou que bastam poucas pesquisas para verificar que as matrículas da EJA estão menores. Adriano trouxe outros dados sobre a matrícula da EJA que mostram que não está relacionado com nossas formas de ensino, mas com um processo de exclusão do estado. Citou ainda que passou por 9 escolas em sua carreira e que tem a impressão de que não é verdade a questão do ensino transmissivo. Expôs que não dá para afirmar que a maioria é tradicional ou construtivista, indicando que não pode afirmar dados sobre a própria percepção apenas. Sobre a questão dos índices, além de frisar detestar essa questão, retoma o trecho do texto de Bruno em que ele cita que os resultados da rede são medianos, questionando se são medianos, são medianos em relação à que, completando que os dados não podem ser jogados dessa forma. A Camila indicou alguns problemas do texto, escolhendo não apontar o que o Adriano já trouxe, mas indicou que as definições do Bruno dizem respeito a outras categorias que não a de educação. Adriano completou que o Bruno faz uma análise valorativa em sua proposta que para sair do fracasso devemos sair do modelo transmissivo a passar para o construtivismo, indicando que essa análise é anacrônica. O Adriano questionou então o que se define como ensino tradicional, indicando que seria uma abordagem que tem uma finalidade clara de controlar as pessoas, lembrando que na escola tradicional havia a exclusão, assim não havia pobres, o trabalho era feito baseado na disciplina, punição, recompensas, reprovação. Narrou ainda que na década de 1990 há uma mudança no estado de São Paulo por meio de programas financiados por políticas externas e que aí isso foi modificado. Assim, destacou ainda que o que temos visto atualmente é que a escola na perspectiva construtivista tem sido parecida com a tradicional, destacando o mérito da universalização, mas que não deixou de ser um instrumento de exclusão, com o impacto na qualidade do ensino. Frisou ainda que a finalidade pode ser a mesma nas duas: controlar as pessoas, impedir a emancipação e que precisamos ter claro essas finalidades. Completou ainda que o Bruno fez afirmações complicadas sobre as teorias transmissivas e que os teóricos do ensino tradicional nunca trabalharam a definição da questão do ser humano e que seria um equívoco brigar com a teoria crítica no sentido de colocar ela em pé de igualdade com a tradicional além de ser uma abordagem que contradiz o que já foi decidido pelo grupo. Ainda destacou que existe educação formal ou não formal e que educação e ensino não são sinônimos, no



Secretaria da Educação

caso de ensino não existe formal ou não formal de acordo com a lei e com os teóricos. Adriano ainda cita que o saber popular é refutado ou corroborado com o saber científico. Adriano diz que saber popular aqui é confundido com senso comum, baseado no achismo, não sendo encontrado apenas nas camadas populares, pois há também senso comum nas camadas mais abastadas. Bruno destacou que sabe os processos de construção do conhecimento, que também atravessou toda a escolarização, graduação, mestrado e doutorado e que fez seu texto baseado na argumentação e em artigos científicos e que o autor que citou traz dados que pode ser que não representem a totalidade, indicando que essa é uma questão que pode ser revista, se não forem a representação da totalidade, mas que foi feita sim pesquisa em base científica para os dados. Apontou ainda que compreende o saber popular como aquele construído pela população com bases em experimentações, diferindo do senso comum e citou o exemplo de um chá, que seja feito para o tratamento de determinada dor, partindo de um conhecimento popular e que depois acaba sendo validado pela ciência. Sobre a relação docente e discente, Bruno destacou que a construção do conhecimento vai acontecer, considerando não apenas o conhecimento extraordinário, incluindo os saberes populares, que não se confunde com o senso comum, são diferentes. Na sequência, a Daniela Sakai fez a leitura integral de sua proposta. Destacou que como representante das coordenadoras da etapa I fez alguns movimentos com o grupo para discussão, tanto para compartilhar as questões que estão sendo tratadas nos encontros da CECI, como para a elaboração da proposta apresentada. Daniela destacou que o grupo que ela representa concorda que a educação é intencional, desenvolvida pelo professor, mas que a manifestação do interesse dos estudantes deve ser considerada, visando a questão da apropriação cultural daquilo que está estabelecido pela sociedade. O Adriano fez a pergunta para a Daniela para que ela explicasse a razão de fazer distinção entre bebês, crianças e estudantes. Daniela explicou que os bebês têm suas especificidades, no sentido de que nos tiram da nossa zona de conforto e de que não vemos o trabalho com bebês como uma preparação de aula, entendendo que para a preparação docente é necessária a compreensão mais ampla dos processos do bebê e a preocupação com a preparação do espaço. Adriano disse que entende e concorda, mas pergunta se bebês e crianças na escola, em atividades escolares, não seriam também estudantes. Daniela destacou que não entende que estudante dessa forma, que estão em espaços educativos, mas quando pensa em estudantes, isso remeteria ao ensino fundamental. Adriano



Secretaria da Educação

questionou então que para ela eles não seriam estudantes. Daniela repensou e afirmou que se estão no espaço educativo, se vai ter aprendizagem, então nesse sentido, eles são estudantes. Camila disse que iria fazer a mesma pergunta, queria reafirmar que todos eles estão na escola e são estudantes e que a escola tem a função de ensinar e o aluno de aprender e é para isso que existe essa instituição. Também queria entender melhor quando ela diz sobre os espaços educativos, se o que ela diz faz referência aos espaços não formais. Destaca ainda que entende que se trata de definições de metodologias, não de educação. Adriano retomando a palavra, disse que fez a pergunta para provocar, para refletir, pois tem aparecido essa questão no Conselho Municipal. Relembrou sobre a origem da educação infantil, a condição assistencialista, fora da percepção de direito, como atividade apenas de cuidados, sem tirar o mérito dessa importância num determinado momento histórico, mas quando é incorporada como dever do estado, financiada por ele, é um direito, não é uma benfeitoria. Com isso, a natureza da atividade é modificada, pois ele vai ser alimentado e cuidado, mas passa por processos educativos que visam o seu desenvolvimento, assim o aluno é mesmo um estudante e isso não quer dizer que os alunos de diferentes idades serão tratados da mesma forma. Salientou, que não podemos desprofissionalizar nosso trabalho e que fez a provocação mais para propor essa reflexão. Rosana concordou que o bebê é estudante sim e citou a formação do PNAIC, em que existia uma roda de bebês de fraldas e eles estavam com livros contando histórias, “lendo” para os amiguinhos e que entende que eles são estudantes e estão aprendendo. Daniela explicou para a Camila que a questão sobre os espaços coletivos são mesmo os espaços da escola. Sublinhou ainda que entende que estamos definindo o que é educação e que apesar de entender que mais para frente iremos definir questões relacionadas às práticas, temos que entender que elas estarão embasadas naquilo que discutimos e definimos agora. Ariane Fozzato da Silva (PEB I, E.M. Maria Aparecida Polastri Hartung) retomando a questão do assistencialismo na Educação Infantil, destacou que em Rio Claro começamos dessa forma, mas que fomos uma das primeiras cidades a ver a modalidade como ensino, como educação, para a criança ir para a escola como espaço de aprendizagem. Destacou que participou desse processo e que fez parte desses 30 anos de história. Relembrou que o grupo batalhou muito para tirar essa perspectiva assistencialista, e que no contato com os pais todo o trabalho era exposto para a compreensão desse processo. Ainda disse que queria apenas destacar toda essa questão, que educação é apropriação, tem seu contexto histórico, tem



Secretaria da Educação

sua parte formal e informal, tem a parte humana, é um todo global. Ainda frisou que queria deixar transparente que temos que valorizar nossa cidade e o quanto já batalhamos, crescemos e evoluímos na educação. Relembrou ainda que essa Secretaria Municipal de Educação iniciou com a educação infantil e depois é que incorporou o ensino fundamental. Jeferson Mello de Souza (CAP- SME) disse que queria deixar bem claro algumas questões sobre a ideia assistencialista da creche, explicando que nem gosta da palavra creche, que significa manjedoura. Disse que considera que os bebês fazem parte da rede, que eles são nossos alunos e nossos estudantes sim e que desde a LDB, nós em Rio Claro, lutamos contra essa perspectiva do assistencialismo, lembrando que ela foi retirada da assistência social e veio para a educação, assim a creche faz parte da educação sim e isso está lá na LDB. Retomando a fala da Daniela, Jeferson destacou que o trabalho é desenvolvido lá do chão da creche, que os profissionais planejam, estudam o desenvolvimento do aluno, fazem o planejamento e que nós precisamos de discussões mais abertas, que a educação infantil também tem os seus teóricos e que queremos uma educação emancipatória. Igor Ganun Gardengui (PEB I – E.M. Darci Reginatto) trouxe em destaque uma formação desenvolvida por Bruno e sobre como a creche tem em tudo sua especificidade e intencionalidade: todos os momentos são de aprendizagem dentro da escola. Citou ainda o exemplo de que se a escola tem um degrau, até a utilização e passagem naquele degrau é parte do processo de aprendizagem. O Bruno teve a fala na sequência e queria enfatizar a importância da relação docente e discente na educação formal, ressaltando que precisa ser levada em conta. Disse ainda que quando colocamos o foco na transmissão pode-se acabar desconsiderando a individualidade, o sujeito e que quando colocamos que a escola começa com 0 anos, sabe-se que vai ter ensino a partir daí. Acentuou que o professor não vai chegar do nada, sem planejamento, assim como o professor não vai encher a lousa e achar que isso é conhecimento. Para exemplificar, o Bruno trouxe um berimbau feito de cabo de vassoura citando que um aluno pode construir conhecimento, que já haviam dito que não era possível construir um berimbau dessa forma e ele fez. A Ana Carolina de Meireles Reis Pelosi (PEB I, E.M. Sueli Maria Proni Cerri) fez uma referência ao Jeferson Mello de Souza, citando que em agosto/julho de 1995 na creche, na década de 1990, quando houve a quebra do assistencialismo, teve uma formação promovida com a Sílvia, com todo trabalho de mudança e de conceito, por isso não é correto pensar que é uma educação assistencialista. A Mariana Cristina Gularte Leme



Secretaria da Educação

Soares (PEB I, E.M. Santo Antonio) cita que na abordagem Pikler a proposta não é se preparar uma aula, mas desenvolver um planejamento com uma intencionalidade, um objetivo, com a preocupação sobre a preparação do espaço e o espaço vai contribuir nesse processo. A Cristiane Ferreira Auriemo (profa. coordenadora, E.M. Octávio José Chiossi) lembrou que na discussão do dia 09/07, quando fechamos a concepção do ser humano, fechamos o ser humano entendido como ser histórico, cultural e social, indicando que no texto que a Heluane apresentou a questão do social não aparece. A Vanessa Carneiro Bonina Lima Magri (CAP, SME) pediu a fala para colocar algumas questões. Retomou as questões que foram colocadas sobre a creche destacando o tópico da concepção do mais desenvolvido pro menos desenvolvido que traria como pressuposto que um bebê não pode ensinar a um adulto, e dentro desse contexto apresenta que mesmo um bebê pode ensinar e que isso feriria nossa percepção. Outra questão pontuada, sobre que agora não seria hora de antecipar concepções, mas que destaca que toda essa concepção que está sendo discutida não está dialogando com aquilo que temos construído como rede, inclusive nossas avaliações terão que ser descartadas nesse contexto. A Vanessa disse ainda que sobre a explicação do Uelinton para o Bruno, precisando indicar um texto, destacou que precisamos pensar numa explicação que possa ser feita em 5 minutos, não em explicações que precisem de um texto para serem compreendidas, que isso não é acessível. Destacou que precisamos pensar na nossa construção histórica desse município e que não podemos deixar tudo de lado e nem fazer um documento de gaveta. A Táila Carolina Francisco de Souza (PEB I, E.M. Monteiro Lobato) destacou que é a primeira vez que participa, que não estava nas reuniões anteriores, mas que o texto da Daniela traz essa preocupação da educação como relacional e como é importante incluir a questão relacional em nossos processos. Destacou ainda que retornar na escola após o contexto de isolamento ficou evidente a consequência da ausência dessa relação no processo de desenvolvimento, por consequência de relações, de trocas. Disse também que o aprendizado e a educação precisam ter a questão relacional, que ela é importante e fundamental para a aprendizagem. Na sequência, a Heluane explicou sobre a questão de o bebê ensinar ao adulto, citado na fala da Vanessa. Ela disse que quando falam sobre esse processo não estão hierarquizando os saberes, mas pensando em torno de funções: na escola, por uma questão de profissionalização e ética, quem ensina é o professor e que ninguém vai na escola pensando que é o bebê quem vai ensinar. Frisou que nessa perspectiva não se



Secretaria da Educação

desconsidera o saber que o aluno traz, mas que temos que marcar muito bem que quem tem o dever na relação pedagógica de ensinar é o professor e isso sem hierarquizar ou dizer que o saber dele é menos importante, inclusive pensando na questão relacional. Realçou que não podemos inverter, ir para a escola esperando que o aluno nos ensine, que todos aqueles conhecimentos que o aluno tem direito de aprender é esperado do professor. Camila falou então sobre a questão da produção histórica da rede: destacou que se a rede tivesse uma documentação coerente não precisaríamos estar aqui. Disse que estamos buscando estudos, fundamentação, por isso fazemos a discussão das categorias, para ver se as pessoas compreendem, se apropriam, por isso não podemos atropelar as discussões dos temas. Nesse contexto, disse que a avaliação precisará mesmo ser revista e que a avaliação como está hoje não dá conta nem de verificar o processo de ensino e aprendizagem. Estamos fazendo essa fundamentação necessária e depois as escolas terão um tempo para se apropriar. Sobre a questão relacional, disse que acredita que deveria ter uma fundamentação melhor para dialogar com o que já tem sido apresentado. Uelinton respondendo ao questionamento da Vanessa, sobre a necessidade de um conceito ser explicado em 5 minutos, disse que o Adriano explicou em 5 segundos a questão e quando estava em diálogo com o Bruno, dialogava sobre uma concepção de educação, entendendo que quando o Bruno iniciou a fala, disse que queria entender, e por isso fez a sugestão do texto, tratando-se de uma coisa simples, uma troca, que não se tratava de menosprezar ninguém, mas de ajudar. Disse que o Bruno lhe emprestou vários livros e ele havia emprestado também vários para ele. Destacou que a recomendação foi apenas uma troca com os colegas. Adriano disse que estava perplexo com os ataques da Vanessa. Falou que podemos aprender com os bebês, com uma folha caindo, com o vento, olhando a Lua, mas estamos falando de uma forma qualificada da educação escolar, intencional, que tem uma responsabilidade do adulto. Frisou que isso não quer dizer que você não considera o aluno um ser pensante e que não é uma relação de hierarquia, é cognitiva. Disse que a nossa rede é grande e muito boa, de qualidade, com escolas, com profissionais de qualidade, com boa formação e que faz um trabalho muito bom e que estamos aqui não porque a rede não faz um trabalho bom, mas porque estamos aqui para melhorar, para fazer algo melhor. Expôs que se tivermos que trocar, mudar algumas burocracias, que ele mesmo tenha feito ou ratificado, que a gente vai rever. Ainda completou que se estivesse tudo bom e tudo certo a gente não precisaria estar aqui. A Elisangela retomou então o andamento para a



Secretaria da Educação

votação, lembrando o combinado de que cada um deveria votar em uma única proposição. O resultado foi o segue: Para a primeira proposição, 33 votos favoráveis; para a segunda proposição, 8; para a terceira proposição, 1; e para a quarta proposição, 5. A Camila pediu a palavra ao final e sugeriu, por questão de ordem, que alguém ajude a Carina na sistematização e envio das propostas, considerando que houve uma sucessão de erros. O Bruno sugeriu que no formulário haja o espaço para anexar o documento do autor com texto integral e não colar o texto, mantendo assim, o arquivo do texto como o autor enviou, inclusive para a exposição, citando que até o espaçamento fica alterado nos slides. Além disso, o Bruno sugeriu que se deixe elencada a ordem do que será desenvolvido no próximo encontro. A Elisangela lembrou então, que no próximo encontro trataremos do texto eleito, pontuando as questões que podem ser acrescentadas. A Simara já sugeriu que se retire o termo “oral”, de linguagem oral, visto que nem todas as pessoas fazem uso dela. A reunião encerrou-se às 20h15 e a ata foi redigida por mim, Paula Cristina da S. Gonçalves (CAP, SME).